Política de Imagens

VERSÃO 1.7 | ATUALIZADO EM 18/10/2026

Sumário

1. OBJETIVO E TIPOS DE IMAGEM
2. PERFIL DO CLIENTE E VISIBILIDADE
3. DIREITOS SOBRE O CONTEÚDO
4. LICENÇA LIMITADA DE USO
5. IMAGENS DO ESTABELECIMENTO E DOS SERVIÇOS
6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDIÇÃO
7. CONTEÚDOS PROIBIDOS
8. REGISTROS PRIVADOS DO ATENDIMENTO
9. MODERAÇÃO, SUSPENSÃO E REVISÃO
10. CPF E PREVENÇÃO A REINCIDÊNCIA
11. RESPONSABILIDADES E DENÚNCIAS
12. EXCLUSÃO, CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÕES
13. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

POLÍTICA DE IMAGENS DA PINHO

Versão 1.7 - Atualizado em 18 de outubro de 2026.

Operadora: MEU HORARIO INTERMEDIACOES E AGENCIAMENTO DE SERVICOS LTDA

Razão social da operadora: MEU HORARIO INTERMEDIACOES E AGENCIAMENTO DE SERVICOS LTDA

CNPJ: 60.775.565/0001-72

Marca de divulgação: Pinho - Plataforma de Serviços

Nome fantasia cadastrado: MEU HORARIO

Canal para denúncias, direitos de imagem e revisão: suporte@pinho.app

1. OBJETIVO E TIPOS DE IMAGEM

Esta Política complementa os Termos de Uso, as Condições Gerais para Estabelecimentos e os avisos de privacidade. Aplica-se a fotografias, avatares, logotipos, capas, galerias, imagens de serviços e outras imagens enviadas nos recursos efetivamente habilitados da Pinho.

Imagens de divulgação e perfil destinadas a espaços públicos são diferentes de documentos cadastrais, verificações de identidade e evidências privadas de um pedido. Enviar imagem para verificação ou suporte não autoriza publicá-la. A política se aplica aos recursos efetivamente disponibilizados, sem autorizar upload ou uso que não esteja habilitado.

2. PERFIL DO CLIENTE E VISIBILIDADE

A imagem de perfil é opcional e não exige fotografia do rosto. O cliente pode utilizar um avatar permitido sobre o qual tenha os direitos necessários. A contratação não depende de publicar imagem identificável.

Quando o recurso público estiver habilitado, a imagem de perfil enviada para publicação poderá aparecer junto do nome de exibição, das avaliações e das interações públicas em que esse perfil for mostrado. A tela de envio deverá informar essa visibilidade antes da confirmação. Não serão publicados por esse motivo CPF, data de nascimento, endereço, telefone ou e-mail. Se o perfil também aparecer em área restrita do estabelecimento, isso não torna públicos os demais dados do pedido.

Uma imagem recebida no login Google não será automaticamente convertida em publicação pública: haverá informação e escolha no fluxo correspondente. A pessoa poderá substituir ou remover sua imagem. Não se garante impedir capturas, cópias ou indexação feitas por terceiros de conteúdo efetivamente público; isso não autoriza a Pinho a ampliar seus usos.

Conforme os arts. 6º e 9º da LGPD, a visibilidade e a finalidade precisam ser claras. Disponibilização pública não transforma uma fotografia pessoal em dado sem proteção nem constitui consentimento para publicidade externa.

3. DIREITOS SOBRE O CONTEÚDO

Ao enviar conteúdo, quem publica declara que é seu titular ou possui autorização ou licença suficiente para os usos previstos nesta Política. Não precisa ser o fotógrafo, mas deve ter os direitos necessários do fotógrafo e, quando pertinente, das pessoas retratadas, das marcas e de outros titulares. Uma imagem encontrada na internet, gerada por ferramenta ou comprada em banco de imagens não é automaticamente livre para qualquer uso.

Não publique imagem íntima, fotografia de cliente ou colaborador, documento ou conteúdo de terceiro sem fundamento e autorização necessários. A autorização para prestar um serviço ou contratar um profissional não equivale a autorização para divulgar sua imagem. Esta versão não habilita fotografias identificáveis de crianças ou adolescentes em perfis, galerias ou avaliações; eventual exceção exigirá fluxo próprio e avaliação prévia de direitos e melhor interesse.

A Lei 9.610/1998 protege fotografias e disciplina sua reprodução e autorização. O Código Civil, especialmente seus arts. 20 e 21, protege imagem e vida privada. Esses direitos são distintos: autorização da pessoa retratada não

substitui a licença do titular da fotografia, nem o contrário.

4. LICENÇA LIMITADA DE USO

Para operar o recurso escolhido, o titular concede licença não exclusiva e gratuita para hospedar, reproduzir, redimensionar, adaptar formato técnico e exibir a imagem nos espaços da Pinho relacionados à publicação. A licença não transfere a propriedade, não elimina direitos morais e dura enquanto o conteúdo estiver disponibilizado para essa finalidade, ressalvadas cópias técnicas e conservações justificadas descritas nos avisos de privacidade.

Prestadores técnicos poderão executar esses atos apenas na medida necessária à operação e sob as condições aplicáveis. Esta licença não autoriza venda independente da imagem, treinamento de modelos de inteligência artificial ou campanhas externas. Uso publicitário fora do contexto da publicação dependerá de autorização específica e dos demais direitos necessários.

5. IMAGENS DO ESTABELECIMENTO E DOS SERVIÇOS

O estabelecimento responde pela origem lícita das imagens que publica e por manter sua apresentação fiel à oferta. Fotos de fachada, instalações, equipamentos, equipe e resultados não podem apresentar como próprios ambientes, profissionais, estruturas ou trabalhos de terceiros que não correspondam ao negócio anunciado.

Imagens ilustrativas devem ser identificadas como tais, de modo visível e próximo da imagem. Não podem sugerir estrutura, qualidade, habilitação, resultado garantido ou característica relevante que o serviço não oferece. Resultados estéticos variáveis não devem ser apresentados como resultado certo para qualquer pessoa. Alterações relevantes de instalações, profissionais ou serviço exigem atualização da apresentação.

O estabelecimento deve obter os direitos e as autorizações necessários para divulgar profissionais e clientes. Não haverá autorização publicitária compulsória para ser atendido. Deve ser oferecida alternativa sem exposição da pessoa quando a imagem não for necessária à contratação.

Os arts. 30, 31 e 37 do Código de Defesa do Consumidor exigem oferta clara e vedam publicidade enganosa. A indicação de que uma imagem é ilustrativa não corrige uma apresentação que, no conjunto, induza o cliente a erro.

6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDIÇÃO

É permitido usar ferramentas de edição ou inteligência artificial se houver direitos suficientes, respeito à privacidade e apresentação verdadeira. Imagens sintéticas ou alteradas de modo relevante que possam ser confundidas com foto real do local, da equipe, do serviço ou de um resultado deverão ser identificadas como geradas por inteligência artificial ou ilustrações, conforme o caso.

Não é permitido inventar instalações, equipamentos, diplomas, profissionais, depoimentos ou resultados e apresentá-los como reais; remover sinais relevantes de risco; criar aparência de endosso de pessoa que não autorizou; ou produzir montagens íntimas ou discriminatórias. Ajustes técnicos de tamanho, iluminação ou recorte não podem distorcer características relevantes da oferta. Cabe ao publicador conferir também as condições da ferramenta utilizada.

7. CONTEÚDOS PROIBIDOS

Não são permitidas imagens:

- pornográficas, de nudez íntima ou sexualmente explícitas, nem conteúdo erótico voltado à excitação sexual, incompatível com os espaços de perfil e divulgação da Pinho;
- de exploração ou sexualização de menores, violência sexual ou exposição íntima sem autorização;
- que promovam discriminação, violência, ameaça, assédio ou atividade ilícita;
- que exponham documentos, dados financeiros, credenciais, códigos de atendimento, informações de saúde ou dados de terceiros sem necessidade e fundamento;

- que violem direitos de imagem, privacidade, direitos autorais ou marcas;

- enganosas, inclusive montagens e representações sintéticas que contrariem as seções 5 e 6.

A análise considerará o contexto. Imagens profissionais não sexuais relativas a cabelo, maquiagem, estética ou cuidados pessoais não serão tratadas como conteúdo erótico somente pela presença de pele, corpo ou determinada aparência. A exposição deve continuar necessária, proporcional e autorizada; esta ressalva não habilita conteúdo íntimo ou tratamento sensível sem fundamento.

8. REGISTROS PRIVADOS DO ATENDIMENTO

Uma fotografia enviada como evidência de atendimento ou disputa não será pública nem reutilizada para divulgação. Preferem-se registros mínimos, sem rosto, corpo, saúde ou terceiros desnecessários. Fotografia não será exigida automaticamente em todo serviço; quando necessária no caso concreto, sua finalidade e os acessos serão informados.

As fotografias privadas enviadas para comprovação do atendimento serão excluídas dos sistemas ativos em até sete dias corridos contados do envio. Excepcionalmente, será conservada apenas a evidência necessária a uma disputa, ao cumprimento de obrigação legal ou ao exercício regular de direitos, com finalidade e fundamento registrados, acesso restrito e prazo justificado, revisto conforme a necessidade. Encerrada a justificativa, a evidência será eliminada ou anonimizada quando cabível. O prazo não se aplica a imagens de perfil ou de divulgação, que têm finalidades próprias, nem transforma cópias de segurança em arquivo de uso cotidiano.

As cópias diárias do banco de dados têm janela móvel informada de sete dias corridos, conforme o Aviso de Privacidade. Backup do banco não contém automaticamente os arquivos de imagem nem comprova sua exclusão. O descarte das fotografias deve alcançar o armazenamento de arquivos e as demais cópias pertinentes; exclusões cabíveis serão reaplicadas antes do retorno operacional de uma restauração.

Na confirmação por código, serão utilizados quatro dígitos gerados aleatoriamente e vinculados ao atendimento e à etapa correspondente, sem derivação do CPF, telefone ou data de nascimento. O código não é um identificador permanente do cliente. O fluxo deverá impedir reutilização, limitar tentativas e acesso e permitir tratamento de falha pelo suporte. O cliente não deverá informar código de conclusão antes de o atendimento terminar.

Código de início registra uma etapa distinta da conclusão. Código, foto ou declaração isolados não atestam qualidade, ausência de fraude ou renúncia a direitos. Falha ou ausência do código admite análise de outras evidências lícitas. Não publique fotografias do código ou de credenciais para tentar comprovar a execução. Dados sensíveis exigem fundamento próprio do art. 11 da LGPD.

9. MODERAÇÃO, SUSPENSÃO E REVISÃO

A Pinho poderá recusar publicação, remover imagem, solicitar correção, restringir o envio ou suspender a conta diante de violação fundamentada. Conteúdo sexual proibido poderá levar a suspensão imediata; banimento poderá ser aplicado em situações graves, abuso deliberado ou reincidência, após análise proporcional. Uma denúncia ou classificação automática isolada não será prova definitiva de autoria ou motivo suficiente para banimento irreversível.

Quando compatível com segurança e lei, serão informados a medida, seu alcance, fundamento e como pedir revisão por suporte@pinho.app. A pessoa poderá apresentar autorizações, contexto ou alegar erro e terá reavaliação humana da medida de banimento. O conteúdo poderá permanecer indisponível enquanto houver risco. Não se garante manter conteúdo ilícito durante o recurso.

A restrição não elimina acesso por canal alternativo a pedidos, comprovantes, cancelamentos, restituições legalmente devidas ou direitos de dados. Não constitui penalidade financeira automática nem confisco de valores.

10. CPF E PREVENÇÃO A REINCIDÊNCIA

Quando houver CPF legitimamente obtido no fluxo de contratação, a Pinho poderá tratar identificador restrito associado ao titular para impedir a reabertura fraudulenta de conta após banimento fundamentado. Não se exige CPF exclusivamente para carregar uma imagem nem se publica esse identificador, compartilha lista de banidos para fins comerciais ou o utiliza em publicidade.

Esse tratamento de dados comuns depende de avaliação documentada de legítimo interesse, necessidade, balanceamento, exatidão e salvaguardas, conforme os arts. 7º, IX, e 10 da LGPD, ou de outro fundamento específico efetivamente aplicável. Deve haver registro da decisão, acesso limitado, prazo ou critério de conservação, revisão periódica e oportunidade de corrigir erro ou uso indevido de identidade. Identificador derivado, inclusive hash, continua protegido se permitir vinculação à pessoa; não é automaticamente anônimo.

Um novo cadastro vinculado ao mesmo CPF poderá ser submetido a verificação e revisão da restrição. Não haverá veto vitalício automático ou extensão da punição a pessoa vítima de fraude ou a terceiros. A conservação do identificador deve ser reavaliada enquanto a restrição for necessária, com justificativa documentada, revisão humana e eliminação quando cessar seu fundamento. Este documento não habilita lista ilimitada ou permanente. Os direitos de revisão de decisões unicamente automatizadas do art. 20 da LGPD permanecem aplicáveis.

11. RESPONSABILIDADES E DENÚNCIAS

Quem publica responde por suas declarações, autorizações e infrações que lhe sejam legalmente imputáveis. O estabelecimento deve cooperar com pedidos fundamentados de correção e comprovação de direitos. Eventual reparação ou regresso exige apuração da conduta, do dano, do nexo e do fundamento aplicável; não haverá transferência automática de toda responsabilidade da Pinho ao publicador.

Responsabilidade penal será apurada pelas autoridades segundo a lei e os fatos, não criada ou transferida por esta Política. A Pinho permanece responsável por suas próprias ações, pelo tratamento de dados e pelos deveres legais de atendimento, moderação e remoção aplicáveis. Não se promete imunidade da plataforma por conteúdo de terceiros.

Qualquer pessoa, mesmo sem conta, poderá denunciar por suporte@pinho.app, indicando o endereço ou recurso, a imagem e o motivo; documentos adicionais serão solicitados somente quando necessários. Não envie cópias íntimas por canais públicos. Comunicações sobre exposição íntima sem autorização ou exploração de menores receberão tratamento prioritário, proteção da vítima e providências legalmente cabíveis, com acesso restrito. Não será exigido ajuizar ação como condição universal para analisar ou remover conteúdo.

12. EXCLUSÃO, CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÕES

A remoção interromperá a exibição sob controle da Pinho. Eventual conservação de evidência de moderação, autorização ou defesa terá finalidade e fundamento próprios, acesso restrito e duração limitada. Cópias técnicas e restauração seguem os avisos de privacidade, sem reutilização para divulgação e com reaplicação das exclusões cabíveis. A Pinho não garante eliminar cópias independentes de terceiros, mas tratará as providências ao seu alcance e os pedidos legalmente cabíveis.

Mudanças relevantes serão comunicadas e terão versão identificada. Esta política não transforma uma publicação anterior em autorização nova para uso externo.

13. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

LGPD: finalidade, necessidade, transparência, direitos e segurança, conforme a operação.

Fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709compilado.htm

Lei 9.610/1998: direitos autorais e alcance das autorizações.

Fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm

Código Civil: direitos de personalidade e responsabilidade.

Fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

Código de Defesa do Consumidor: informação, oferta e publicidade.

Fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm

Marco Civil da Internet: proteção de dados, registros e providências sobre conteúdo, observados os entendimentos judiciais aplicáveis, inclusive os Temas 533 e 987 do STF em seu alcance vigente. Não se presume isenção geral de responsabilidade.

Fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm